



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º TRIMESTRE DE 2012
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Colectiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

1º TRIMESTRE DE 2012

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei imposta às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 31 de Março de 2012 e o respetivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade cotada em Bolsa com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, detido em 50,99% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos S.A. e em 39,4% pela Gestprint – Gestão de Comércio e Indústrias Gráficas e Afins, S.A., estando o restante capital disperso em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. e consequente aumento de capital.

De salientar que das 3 empresas que compõem o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por praticamente 100% da atividade do Grupo.

De recordar que a atividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 02 de Maio de 2008 é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 31 de Março de 2012:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica, SGPS SA	Gestão de Participações Sociais	2-Fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas, SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

No primeiro trimestre de 2012 a economia portuguesa registou uma contração de 2,2% face ao período homólogo e de 0,1% em relação ao último trimestre do ano anterior. Analisada a evolução deste indicador, constata-se que é o quinto trimestre consecutivo de contração homóloga do PIB, e a sexta em cadeia. Para a desaceleração da queda ocorrida neste trimestre face ao anterior, foi decisivo o bom desempenho das exportações de bens e serviços, efeito este, no entanto, prejudicado pelas exportações cujo decréscimo foi inferior ao esperado.

Mantem-se assim um ambiente económico adverso com a redução do investimento público e a acentuada diminuição do consumo privado consequência das políticas fiscais e restritivas impostas pelo Governo.

A continuidade da recessão económica está a contribuir para que os níveis de desemprego se situem em máximos históricos, com este indicador a atingir os 14,9%. De igual modo a taxa de inflação média neste primeiro trimestre 2012 ultrapassa os 3%, mais um facto que se tem vindo a refletir no poder de compra e na confiança dos consumidores.

A generalidade das empresas regista quebras significativas na procura e, conseqüentemente, nos níveis de atividade o que levou a que a maioria tenha procurado o reajustamento das suas estruturas produtivas.

As empresas da indústria gráfica não são exceção a esta onda recessiva que tem levado à continuada redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas assim como à diminuição de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais. O investimento publicitário global continua em queda acentuada com especial destaque para a imprensa escrita. De referir que esta tendência de retração no investimento publicitário se iniciou em 2008.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores, e foi marcada pelos efeitos da retração do investimento publicitário; comparativamente a 2011 e em termos globais, apresenta uma variação negativa nas vendas de 11,6 % tendo atingido 6 milhões de Euros neste trimestre.

A análise por segmento confirma uma quebra generalizada de vendas, com exceção do segmento Jornais/suplementos que, com o início da impressão do Jornal Público e a totalidade dos seus suplementos, em Novembro de 2011, é o único a apresentar um crescimento, no caso de quase 2%. No entanto, as maiores quebras registam-se nos segmentos Catálogos e Listas, consequência da alteração das políticas de marketing dos principais clientes que reduziram significativamente o volume de investimento nos meios em suporte de papel em detrimento do investimento em outros meios, nomeadamente, nas plataformas eletrónicas. Estes dois segmentos são, aliás, os que maior quebra apresentaram também ao longo do ano anterior.

Apesar do decréscimo de atividade ora mencionado, a empresa manteve ativos os equipamentos de impressão, tendo concluído o primeiro trimestre de 2012 com 6

máquinas de impressão em rotativa, 3 máquinas em impressão em plana e 16 máquinas de acabamento. A nível de processo produtivo a empresa procedeu ainda ao ajustamento dos horários de funcionamento das áreas de impressão e acabamento em face da entrada em vigor do regime de lay-off (*parcial*) no dia 01 de Março de 2012.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2012	2011	Var. 11/12 Em €	Var. 11/12 Em %
Revistas	4.047	4.425	-378	-8,5%
Jornais/suplementos	1.056	1.039	17	1,6%
Catálogos e Folhetos	666	1.014	-348	-34,3%
Listas	101	143	-42	-29,4%
Outros	153	190	-37	-19,5%
TOTAL	6.023	6.811	-788	-11,6%

Durante o primeiro trimestre de 2012 destacam-se, como principais acontecimentos nas empresas subsidiárias:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

Esta empresa faz parte de Grupo desde meados do exercício de 1999 e ao longo destes anos a sua atividade limitou-se à gestão de participações sociais. No final do ano de 2011 ocorreu a venda da totalidade do capital da sua única subsidiária Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. à Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas S.A. Os resultados apurados são inexpressivos em consequência de esta empresa não ter registado qualquer atividade.

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

A Empresa, constituída em 1984, tinha por objeto a atividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela Lisgráfica, S.A. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão levou ao decréscimo gradual da atividade da Grafilis, S.A. que, em 2005, cessou a atividade operacional.

No final do exercício de 2011 ocorreu a venda desta sociedade por parte da Gestigráfica S.A. à empresa mãe Lisgráfica S.A, que passou assim a deter 100% do capital desta subsidiária.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 1º TRIM. 2012/2011

DESCRIÇÃO	2012		2011		Var. 11/12	Var. 11/12
<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	6.023	95%	6.811	95%	-788	-11,6%
Outros Rendimentos Operacionais	289	5%	329	5%	-40	-12,2%
TOTAL RENDIMENTOS OPERACION.	6.312		7.140		-828	-11,6%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	2.071	33%	2.643	37%	-572	-21,6%
Fornecimentos e S. Externos	1.639	26%	1.875	26%	-236	-12,6%
Gastos Com Pessoal	2.029	32%	2.417	34%	-388	-16,1%
Amortizações e Ajustamentos	1.210	19%	1.498	21%	-288	-19,2%
Perdas de Imparidade	0	0%	0	0%	0	#DIV/0!
Outros Gastos Operacionais	69	1%	103	1%	-34	-33,0%
TOTAL GASTOS OPERACIONAIS	7.018		8.536		-1.518	-17,8%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-706		-1.396		690	49,4%
RESULTADO OPERACIONAL - %	-11,2%		-19,6%		8,4%	
EBITDA - €	504		102		402	394,1%
EBITDA - %	8,0%		1,4%		6,6%	458,9%

EBITDA = Result. Operacional + Amortizações + Perdas de Imparidade

Os Rendimentos consolidados ultrapassam 6 milhões de Euros, dos quais 95% provêm diretamente das vendas e 5% de serviços prestados e outros rendimentos, e, em termos globais, registam um decréscimo de 11,6% face a idêntico período do ano anterior.

Analisando em detalhe a evolução dos gastos operacionais, que apresentam uma redução de 17,8%, é de salientar:

- na rubrica CMVC a redução de 21,6% resulta essencialmente da redução da atividade, com especial destaque para o consumo de Papel cuja variação foi de 26,2%. Os restantes gastos que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa e comportamento da atividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação de 12,6% resulta da evolução conjugada das principais rúbricas de fornecimentos e serviços, as quais refletem a redução ocorrida na atividade da empresa;

- quanto aos Gastos com Pessoal o decréscimo registado de 16,1% é o resultado da redução do número de trabalhadores no âmbito da estratégia de racionalização de processos internos iniciada em anos anteriores e também das medidas de contenção de gastos desta natureza levadas a cabo ao longo deste ano, nomeadamente a inclusão de 28 trabalhadores em regime de *lay-off*. No final do ano anterior a empresa tinha 313 trabalhadores número que baixou para 295 em 31 de Março de 2012;

- as Amortizações e Ajustamentos decompõem-se em 1.036 mil Euros de gastos com depreciação e amortização de bens do ativo e 174 mil euros de amortizações do exercício relativas ao justo valor dos contratos com clientes decorrentes da afetação do goodwill apurado e registado em 2008; a principal razão para o decréscimo ocorrido resulta de em 2012 ter terminado a depreciação de alguns bens do ativo cuja vida útil para amortização foi atingida;

O Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) do trimestre positivo e de aproximadamente 504 mil de Euros, que, praticamente, quintuplicou em relação ao registado no trimestre homólogo, mantendo assim a tendência de evolução positiva registada nos últimos trimestres.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 2012/2011

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2012	2011	Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Resultados Operacionais	-706	-1.396	690	49%
Resultados Financeiros	-646	-655	9	1%
Imposto S/ Rendimento	-13	0	-13	#DIV/0!
Resultados Líquidos	-1.365	-2.051	686	33%

De realçar a evolução do Resultado Operacional que apresenta uma melhoria de cerca de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a conjuntura é de recessão e a generalidade das empresas está a deteriorar os seus resultados.

Os resultados financeiros mantêm-se a nível do registado no ano anterior em consequência da manutenção do nível de endividamento e também pelo facto de o principal indexante – *Euribor*- se ter mantido inalterado.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 2012/2011

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2012 31-Mar	2011 31-Dez	Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Activos não Correntes	29.609	30.901	-1.292	-4%
Activos Correntes	10.614	12.054	-1.440	-12%
Activos para Venda	0	2	-2	-100%
TOTAL ACTIVO	40.223	42.957	-2.734	-6%

Capital Próprio	-40.363	-38.998	-1.365	4%
Passivo não Corrente	12.879	13.682	-803	-6%
Passivo Corrente	67.707	68.273	-566	-1%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	40.223	42.957	-2.734	-6%

As variações ocorridas no Ativo Líquido verificam-se nos Ativos não Correntes, devido à redução do Imobilizado Líquido pelo efeito das amortizações, e ao facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção); no que se refere aos Ativos Correntes a diferença decorre da diminuição nos valores das contas a receber pelo efeito da redução de atividade;

O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 40.363 euros negativos para o que contribuiu essencialmente o Resultado Líquido Consolidado negativo apurado no ano anterior.

O Passivo Corrente regista um decréscimo de cerca de 972 mil euros pela redução do endividamento por via de operações de factoring e na rubrica fornecedores, em ambos os casos pelo efeito da redução na atividade.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais das empresas participadas, e integradas no perímetro de consolidação, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12
Activo Total Liq.	6	11.699	-11.693
Passivo Total	1	1.424	-1.423
Capital Próprio	5	10.276	-10.271
Capital Social	53	53	0
Resultado Líquido	0	-4	4
Vendas Líquidas	0	0	0
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12
Activo Total Liq.	8	67	- 59
Passivo Total	1.348	1.489	- 141
Capital Próprio	- 1.447	- 1.422	- 25
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	0	- 4	4
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de Março de 2012.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

O Conselho de Administração no cumprimento do disposto no Artigo 35º do CSC irá comunicar à Assembleia Geral de Acionistas o facto de estar perdido mais de metade do Capital Social da empresa.

Queluz de Baixo, 31 de Maio de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
ANEXO ÀS CONTAS**

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Não auditado	
		31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos intangíveis	13	4 327 290	4 596 287
Activos fixos tangíveis	14	17 423 054	18 363 936
Activos por impostos diferidos	12	549 696	595 738
Clientes e contas a receber	16	3 224 599	3 224 599
Outros activos não correntes	15	4 084 403	4 120 243
Activos disponíveis para venda		-	2 000
Total de activos não correntes		<u>29 609 042</u>	<u>30 902 803</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	16	543 277	741 283
Clientes e contas a receber	17	8 067 381	8 967 596
Outros activos correntes	18	1 591 141	1 823 391
Imposto sobre o Rendimento	27	321 153	290 554
Caixa e seus equivalentes	19	90 987	231 089
Total de activos correntes		<u>10 613 939</u>	<u>12 053 913</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>40 222 981</u>	<u>42 956 716</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	20	9 334 831	9 334 831
Reservas	20	15 803 648	15 803 648
Resultados transitados		(64 136 598)	(44 519 413)
Resultado consolidado líquido do exercício	30	<u>(1 365 157)</u>	<u>(19 617 185)</u>
Total do capital próprio		<u>(40 363 276)</u>	<u>(38 998 119)</u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	21	684 305	862 392
Locações financeiras	22	5 153 624	5 434 618
Outros passivos não correntes	23	4 214 080	4 373 163
Fornecedores e contas a pagar	24	2 263 448	2 402 099
Passivos por impostos diferidos	11	<u>563 571</u>	<u>609 613</u>
Total de passivos não correntes		<u>12 879 028</u>	<u>13 681 885</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	21	45 036 840	46 067 424
Locações financeiras	22	1 222 624	1 276 074
Fornecedores e contas a pagar	24	17 485 772	17 407 500
Outros passivos correntes	25	3 608 931	3 181 452
Imposto sobre o rendimento	26	<u>353 062</u>	<u>340 500</u>
Total de passivos correntes		<u>67 707 229</u>	<u>68 272 950</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>40 222 981</u>	<u>42 956 716</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Março de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado	
		31 de Março de 2012	31 de Março de 2011
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	6	6 023 428	6 811 291
Outros proveitos operacionais	7	288 654	329 302
Total de proveitos operacionais		<u>6 312 082</u>	<u>7 140 593</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	8	(2 070 821)	(2 642 616)
Fornecimentos e serviços externos	9	(1 638 989)	(1 875 342)
Custos com o pessoal	10	(2 029 521)	(2 416 673)
Depreciações e Amortizações	13 e 14	(1 209 879)	(1 498 755)
Outros gastos operacionais	29	(69 369)	(102 802)
Total de custos operacionais		<u>(7 018 579)</u>	<u>(8 536 188)</u>
Resultados operacionais		<u>(706 497)</u>	<u>(1 395 595)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	(646 104)	(655 558)
Resultados antes de impostos		<u>(1 352 601)</u>	<u>(2 051 153)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício		(12 556)	-
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(1 365 157)</u>	<u>(2 051 153)</u>
Rendimento integral		<u>(1 365 157)</u>	<u>(2 051 153)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(1 365 157)</u>	<u>(2 051 153)</u>
Resultado por acção			
Básico	30	(0.0073)	(0.0110)
Diluído	30	(0.0073)	(0.0110)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de Março de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Não auditado					Resultado consolidado líquido do exercício	Total do capital próprio
	Capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	9 334 831	2 798 025	349 159	12 656 464	(35 721 256)	(8 798 157)	(19 380 934)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	(8 798 157)	8 798 157	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	-	(19 617 185)	(19 617 185)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(44 519 413)</u>	<u>(19 617 185)</u>	<u>(38 998 119)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	(19 617 185)	19 617 185	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Março de 2011	-	-	-	-	-	(1 365 157)	(1 365 157)
Saldo em 31 de Março de 2012	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(64 136 598)</u>	<u>(1 365 157)</u>	<u>(40 363 276)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Março de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Não auditado	
		31 de Março de 2012	31 de Março de 2011
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		5 740 624	8 271 661
Pagamentos a fornecedores		(3 951 752)	(5 062 140)
Pagamentos ao pessoal		(1 061 237)	(1 826 453)
Fluxos gerados pelas operações		<u>727 635</u>	<u>1 383 068</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(29 929)	(36 000)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(2 782)	(603 517)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>694 924</u></u>	<u><u>743 551</u></u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Accionistas		-	-
Juros e proveitos similares		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Accionistas		-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>-</u>	<u>-</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		68 147	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(101 120)	(276 100)
Amortizações de contratos de locação financeira		(211 349)	(264 407)
Juros e custos similares		(455 533)	(197 424)
		<u>(768 002)</u>	<u>(737 931)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>(699 855)</u></u>	<u><u>(737 931)</u></u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(4 931)	5 620
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	110 431	(96 960)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	105 500	(91 340)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Março de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão
Jaime Luciano Marques Baptista da Costa
António Pedro Marques Patrocinio
António Bráz Monteiro

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de jornais, revistas, boletins e listas telefónicas.

De recordar que a actividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 2 de Maio de 2008, resultado da fusão com a sociedade Heska Portuguesa, S.A., passando a Lisgráfica a constituir a entidade integrante, pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter sempre em consideração este facto.

Os principais accionistas são a Rasográfica – Comercio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respectivamente, de 50,99% e 39,40% do capital social.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 30 de Maio de 2012 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2011.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos activos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

(Montantes expressos em Euros)

2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

Durante o exercício de 2011 entraram em vigor as seguintes normas em resultado da sua publicação pelo IFRIC e da sua adopção pela União Europeia:

- IAS 24 (alteração) – Partes relacionadas;
- IAS 32 (alteração) – Instrumentos financeiros: apresentação
- IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das IFRS;
- IFRIC 14 (alteração) – IAS 19 – Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos ea sua interacção com requisitos de contribuições mínimas;
- IFRIC 9 (nova) – Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital;
- Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente parra os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34, e IFRIC 13.

As alterações e as novas normas acima mencionadas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Novas normas, alterações e interpretações efectuadas e normas existentes que, apesar de já publicadas, não são de aplicação imediata e cuja aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior e que a Sociedade decidiu não adoptar antecipadamente:

- IAS 1 (alteração) – apresentação de demonstrações financeiras (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 12 (alteração) – Impostos sobre o rendimento (aplicar nos exercícios que iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 19 (revisão 2011) – Benefícios aos empregados (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 27 (revisão 2011) – Demonstrações financeiras separadas (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 28 (revisão 2011) – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 32 (alteração) – Compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 1 (alteração) – Adopção pela primeira vez das IFRS (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 7 (alteração) – Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 7 – (alteração) – Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 9 (novo) – Instrumentos financeiros – classificação e mensuração (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 10 (novo) – Demonstrações financeiras consolidadas (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 11 (novo) - Acordos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;

(Montantes expressos em Euros)

- IFRS 12 (novo) – Divulgação de interesses em outras entidades (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 13 (novo) – Justo valor: mensuração e divulgação (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRIC 20 (nova) Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adopção da União Europeia.

De acordo com a análise efectuada pelo Grupo, não se estima que a aplicação das alterações e das normas acima referidas, que ainda não eram aplicáveis nos exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2011 tenham impactos significativos com a sua entrada em vigor.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os activos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transacções e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Activos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, na respectiva data de aquisição.

O *goodwill* é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

(b) Activos intangíveis, excepto goodwill

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os activos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Softwares*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado activo para estes activos intangíveis, identificáveis no âmbito da

(Montantes expressos em Euros)

fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da excepção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao activo respectivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As melhorias e beneficiações apenas são registadas como activos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros activos fixos tangíveis	3 a 20

2.6 Imparidade de activos

O Grupo efectua avaliações de imparidade dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades

(Montantes expressos em Euros)

independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

2.7 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.8 Instrumentos financeiros

2.8.1 Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”.

2.8.3 Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.8.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

(Montantes expressos em Euros)

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.8.5 Operações de factoring e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no activo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respectivamente, são evidenciados no passivo (Nota 22). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.8.6 Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se o justo valor não for facilmente determinável.

2.9 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

(Montantes expressos em Euros)

2.11 Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas, boletins e outros) são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.12 Classificação da demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expectável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os activos que sejam detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no ativo e no passivo, como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.13 Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é superior ao seu valor estimado de recuperação.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.15 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectaram as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

(Montantes expressos em Euros)

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis;
- Registos de ajustamentos para contas a receber;
- Direitos contratuais de clientes;
- Recuperação dos activos por impostos diferidos;
- Registo de provisões.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 31 de Março de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Precentagem efectiva em	
		31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica")	Barcarena	100	100
Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100	100

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação.

6. VENDAS POR PRODUTO

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2012 e 2011, as vendas detalham-se como segue:

	31 de Março de 2012	31 de Março de 2011
Revistas	4.047.350	4.425.000
Jornais e suplementos	1.055.500	1.039.000
Catálogos e folhetos	666.150	1.014.000
Listas	101.000	143.000
Outros	153.428	190.291
	<u>6.023.428</u>	<u>6.811.291</u>

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2012 e 2011 as vendas realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

(Montantes expressos em Euros)

7. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31 de Março de 2012</u>	<u>31 de Março de 2011</u>
Aluguer de instalações (a)	154 707	151 091
Imputações de custos (b)	94 690	88 702
Ganhos em imobilizações corpóreas	1 200	-
Variação da produção	32 401	81 969
Outros proveitos operacionais	5 656	7 540
	<u>288 654</u>	<u>329 302</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflecte os custos imputados e facturados a empresas que desenvolvem a sua actividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, esta rubrica foi determinada como segue:

	<u>31 de Março de 2012</u>	<u>31 de Março de 2011</u>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.018.373	2.600.120
Mercadorias vendidas	52.448	42.496
	<u>2.070.821</u>	<u>2.642.616</u>

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, esta rubrica teve a seguinte composição:

	<u>31 de Março de 2012</u>	<u>31 de Março de 2011</u>
Subcontratos	121.419	127.686
Trabalhos especializados	28.747	118.658
Conservação e reparação	97.925	183.376
Energia e fluídos	583.600	567.871
Deslocações, estadas e transportes	62.142	91.067
Rendas e alugueres (a)	596.354	607.481
Outros	148.802	179.203
	<u>1.638.989</u>	<u>1.875.342</u>

(a) Em 31 de Março 2011 e 2010, esta rubrica inclui o montante de 167.832 Euros decorrente de transacções com entidades relacionadas (Nota 27).

(Montantes expressos em Euros)

Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (“ESAF”), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF, em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras. Conforme previsto no contrato inicial, em 30 de Novembro de 2010, foi assinada uma adenda em que é reduzida a área locada e consequentemente as responsabilidades assumidas (Nota 26). Nos exercícios findos em 31 de Março de 2012 e 2011, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

	31 de Março de 2012	31 de Março de 2011
Fornecimentos e serviços externos	<u>596 354</u>	<u>607 481</u>

10. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, os gastos com o pessoal foram como segue:

	31 de Março de 2012	31 de Março de 2011
Salários e remunerações	1.304.673	1.586.054
Encargos sobre remunerações	332.893	367.058
Outros gastos com o pessoal	391.955	463.561
	<u>2.029.521</u>	<u>2.416.673</u>

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 295 e 318 empregados, respectivamente.

Os outros gastos incorridos com pessoal no decorrer do exercício findo em 31 de Março de 2012 e 2011, respeitam, essencialmente, a indemnizações suportadas com rescisões de contratos de trabalho com colaboradores do Grupo, derivados, essencialmente, do plano de reestruturação já anteriormente implementado.

Em 31 de Março de 2012, o Grupo tinha na situação de suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off) de 28 trabalhadores, prosseguindo, no entanto, a actividade normal.

(Montantes expressos em Euros)

11. GASTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os gastos e proveitos financeiros dos trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

	31 de Março de 2012	31 de Março de 2011
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	557 133	590 937
Outros custos financeiros	89 583	64 869
	<u>646 716</u>	<u>655 806</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	198	248
Outros proveitos financeiros	414	-
	<u>612</u>	<u>248</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>646 104</u>	<u>655 558</u>

12. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), à taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 88 do Código do IRC a Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2012.

Impostos diferidos

Em 31 de Março de 2012, os passivos por impostos diferidos no montante de 563.571 Euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, foi como segue:

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	<u>Prejuízos fiscais reportáveis</u>	<u>Direitos contratuais</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	595.738	609.613
Redução	46.042	46.042
Saldo em 31 Março de 2012	<u>549.696</u>	<u>563.571</u>

(Montantes expressos em Euros)

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas na rubrica dos activos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 31 de Março de 2012.

14. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas na rubrica dos activos fixos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 31 de Março de 2012

15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012			31-Dez-11
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA("Rasográfica") ("Rasográfica") (Nota 27)	11 126 051	(8 707 188)	2 418 863	2 454 703
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 27)	3 349 627	(3 349 627)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1 580 223	-	1 580 223	1 580 223
Depósitos a prazo (b)	85 317	-	85 317	85 317
	<u>16 141 218</u>	<u>(12 056 815)</u>	<u>4 084 403</u>	<u>4 120 243</u>

(a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projecto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho de Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

(b) Em 31 de Dezembro de 2011, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 21).

16. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	425.526	(33.485)	392.041	655.933	(33.485)	622.448
Produtos e trabalhos em curso	151.236	-	151.236	118.835	-	118.835
	<u>576.762</u>	<u>(33.485)</u>	<u>543.277</u>	<u>774.768</u>	<u>(33.485)</u>	<u>741.283</u>

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

(Montantes expressos em Euros)

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012				31 de Dezembro de 2011			
	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade	Valor líquido	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade	Valor líquido
Não correntes:								
Clientes	5.390.253	(805.599)	(1.360.055)	3.224.599	5.390.253	(805.599)	(1.360.055)	3.224.599
Correntes:								
Clientes	16.737.920	-	(8.670.539)	8.067.381	17.638.135	-	(8.670.539)	8.967.596
Total	22.128.173	(805.599)	(10.030.594)	11.291.980	23.028.388	(805.599)	(10.030.594)	12.192.195

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
	Valor nominal	Valor nominal
Devedores diversos	804.119	919.411
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores		59.130
Seguros	332.040	318.648
Retenções na fonte	49.872	49.872
Imposto sobre o valor acrescentado	277.132	374.378
Outros diferimentos	20.158	25.966
Adiantamentos a fornecedores	35.433	35.433
Adiantamentos ao pessoal	72.387	40.553
	1.591.141	1.823.391

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
Numerário	26.289	5.999
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	64.693	225.090
Caixa e seus equivalentes	90.982	231.089
Descobertos bancários	(196.482)	(120.658)
Caixa e depósitos bancários	(105.500)	110.431

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa e depósitos imediatamente mobilizáveis para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

(Montantes expressos em Euros)

20. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 acções com o valor nominal de 0,05 Euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gesprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.538	9,61%
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do activo imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuídas aos accionistas, podendo apenas em determinadas circunstâncias ser utilizadas para futuros aumentos de capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Acções próprias: Em 31 Março de 2012 e de Dezembro de 2011, o Grupo detinha 52.513 acções próprias. As acções próprias estão contabilizadas pelo seu valor de aquisição.

21. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de Março de 2012</u>		<u>31 de Dezembro de 2011</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Empréstimos bancários (a)	684.305	36.771.406	862.392	36.610.985
Outros empréstimos (b)	-	606.198	-	606.198
Descobertos bancários (c)	-	196.576	-	120.658
Factoring (d)	-	5.025.039	-	6.231.019
Letras descontadas (e)	-	1.846.050	-	1.916.597
Cheques pré-datados (f)	-	591.571	-	581.967
	<u>684.305</u>	<u>45.036.840</u>	<u>862.392</u>	<u>46.067.424</u>

(a) Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31 de Março de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (i)	-	1 188 852	-	1 188 852
BCP (ii)	-	2 650 000	-	2 650 000
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (iii)	-	982 500	-	990 000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") (iv)	-	1 040 625	-	1 502 234
BCP (v)	-	602 500	-	602 500
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (vi)	-	106 098	93 007	20 832
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio") (vii)	39 301	212 709	78 605	182 658
BCP (viii)	-	1 021 236	-	1 021 236
BCP (ix)	-	20 240 000	-	20 240 000
BCP (x)	-	4 000 000	-	4 000 000
BCP (xi)	-	77 778	-	116 667
Banco Popular, S.A. ("BP") (xii)	88 829	64 604	106 481	63 307
Banif (xiii)	-	396 306	-	407 125
Banif (xiv)	-	662 832	-	662 832
CGD (xv)	-	1 619 048	-	1 619 048
Banco Efisa (xvi)	556 175	70 124	584 299	52 500
Banif (xvii)	-	1 291 194	-	1 291 194
Banif (xviii)	-	477 000	-	-
Livranças	-	68 000	-	-
	<u>684 305</u>	<u>36 771 406</u>	<u>862 392</u>	<u>36 610 985</u>

- (i) Empréstimo correspondente a três linhas conta-corrente caucionada com o BES, sem plano de amortização contratado, no valor de 1.188.557 Euros, com as seguintes particularidades:
- Linha de 588.852 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 500.000 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 100.000 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4%
- (ii) Financiamento renegociado pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 118 prestações mensais com início a 15 de Janeiro de 2014 e término em 15 de Outubro 2023. As primeiras 70 prestações no montante de 13.475 Euros e as restantes 48, no montante de 35.558 Euros. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Rasográfica e a Gestprint subscreveram uma livrança em branco e cederam em penhor as acções detidas no capital da Lisgráfica. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade a curto prazo.
- (iii) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Em 8 de Agosto de 2011 foi realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 60 prestações mensais com início em 18 de Setembro de 2011 e término em 18 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª e 12ª prestação os reembolsos serão de 2.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 5.000 Euros, entre a 25ª e 36ª de 10.000 Euros, entre a 37ª e 48ª de 32.500 Euros, entre a 49ª e 56ª de 40.000 Euros e entre a 57ª e 60ª de 20.000 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “covenants” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato (nomeadamente, ter pagas todas as contribuições à Segurança Social e Impostos). Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 3%. O montante em dívida em 31 de Março de 2012, 982.500 Euros, foi classificado na totalidade a curto prazo por a Empresa não estar a cumprir os “covenants” assumidos em resultado da sua contratação.
- (iv) Financiamento concedido pela CGD em 5 de Junho de 2009, no montante inicial de 2.375.000 Euros. O empréstimo é liderado pela CGD (831.250 Euros), e conta com a participação do BCP 1.068.750 Euros e Banif (477.000 Euros) sendo o capital amortizável em 13 prestações

(Montantes expressos em Euros)

mensais com início em 7 de Julho de 2009 e término em 7 de Julho de 2010, sendo as primeiras 12 prestações, no montante de 62.500 Euros cada, e a última prestação, no montante de 1.625.000 Euros. Em 15 de Março de 2011 e 12 de Janeiro de 2012 foram negociadas as parcelas em dívida à CGD e Banif, ficando em dívida o montante de 1.040.625 Euros. Em 31 de Março de 2012, este montante encontra-se em mora face ao plano de reembolso contratado pelo que foi classificado a curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.

- (v) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de Maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O empréstimo é liderado pelo Banif (1.205.000 Euros) e conta com a participação do BCP (602.500 Euros) e do Banco Efisa (602.500 Euros), sendo o capital amortizável em 73 prestações mensais, com início em 22 de Junho de 2010 e término em 22 de Julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014 Euros cada. No primeiro semestre de 2011 foram negociadas as parcelas em dívida ao Banif e Banco Efisa por um prazo de 120 meses e com carência de capital de 36 meses. Em 31 de Março de 2012, a parcela referente ao BCP ainda não se encontra renegociada e vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (vi) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de Abril de 2010 e término em 15 de Março de 2013. Em 31 de Março de 2012, o montante em dívida ascendia a 106.098 Euros. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,5%.
- (vii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses e, após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais e constantes, com início em 16 de Janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em Abril de 2010, o montante em dívida era de 471.614 Euros, tendo-se realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 36 prestações mensais, com início em 16 de Julho de 2010 e término em 16 de Junho de 2013. Em 31 de Março de 2012, o montante em dívida ascendia a 261.263 Euros, do qual 39.301 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (viii) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 1.021.236 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 51 prestações mensais com início a 14 de Janeiro de 2014 e término em 18 de Março 2018. Em 31 de Março de 2012 o montante em dívida ascendia a 1.021.236 Euros que se vence a médio e longo prazo. Como garante do integral cumprimento do empréstimo, a Lisgráfica subscreveu uma livrança em branco e constituiu o penhor sobre direitos de créditos emergentes do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade a curto prazo.
- (ix) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 20.240.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 84 prestações mensais com início a 30 de Janeiro de 2014 e término em 20 de Dezembro 2020. As primeiras 36 prestações ascenderão a 144.536 Euros cada, posteriormente 47 prestações no montante de 313.161 Euros e a última no montante de 318.162 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). A Empresa assumiu ainda diversas garantias nomeadamente, a prestação de aval pelos accionistas Rasográfica e Gestprint, detentoras, actualmente, respectivamente, de 50,99% e 39,4% das acções representativas do capital social da Empresa, a constituição de penhor financeiro pela Rasográfica sobre 8.500.000 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor financeiro

(Montantes expressos em Euros)

pela Gestprint sobre 72.223.016 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor sobre os direitos de crédito e consignação de receitas atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projecto imobiliário do qual participam, o penhor sobre os direitos de crédito do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A., a constituição de um penhor sobre equipamentos desonerados e a subscrição de uma livrança caução pela Empresa. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Em virtude de os “covenants” assumidos não estarem a ser cumpridos, este financiamento foi classificado na totalidade a curto prazo.

- (x) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 4.000.000 Euros, com carência de capital até à data de vencimento que ocorre a 30 de Dezembro de 2015 e de juros durante os primeiros seis meses. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “covenants” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 2%. Como garante do integrante cumprimento deste empréstimo, foi constituído penhor do crédito detido pela Lisgráfica sobre a Impala; a consignação das receitas líquidas emergentes do crédito consignado e a subscrição de uma livrança caução em branco. Em virtude de os “covenants” assumidos não estarem a ser cumpridos, este financiamento foi classificado na totalidade a curto prazo.
- (xi) Financiamento concedido pelo BCP, no montante inicial de 350.000 Euros, amortizável em 18 prestações mensais, no montante de 19.444 Euros com início a 30 de Janeiro de 2011 e término em 30 de Junho 2012. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “covenants” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%.
- (xii) Financiamento concedido pelo BP, no montante inicial de 240.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais e constantes, com início em 25 de Junho de 2010 e término em 25 de Novembro de 2014. Em 31 de Dezembro de 2011, o montante em dívida ascendia a 169.788 Euros, do qual 88.829 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (xiii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de Dezembro de 2010 e término em 19 de Novembro de 2019. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xiv) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 720.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 6.667 Euros, com início em 23 de Dezembro de 2010 e término em 23 de Novembro de 2019. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade a curto prazo.
- (xv) Financiamento concedido pela Caixa Geral de Depósitos a partir de 15 de Março de 2011, no montante de 1.619.048 Euros, com carência de capital de 36 meses. Após esse período o empréstimo será amortizável em 14 prestações semestrais com início em 15 de Setembro de 2014. Este financiamento resulta da reestruturação de outros já existentes e vence juros à taxa

(Montantes expressos em Euros)

Euribor a 6 meses acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade a curto prazo.

- (xvi) Financiamento concedido pelo Banco Efisa, no montante de 647.229 Euros, amortizável em 60 prestações mensais com início em 30 de Setembro de 2011 e término em 30 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª à 12ª prestação os reembolsos mensais serão de 3.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 7.000 Euros e o remanescente será reembolsado em 36 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 31 de Março de 2012, o montante em dívida ascendia a 626.299 Euros do qual 556.175 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.
- (xvii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 1.291.194 Euros, amortizável em 84 prestações mensais com início em 30 de Agosto de 2014, sendo a última prestação acrescida de 516.478. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade a curto prazo.
- (xviii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 477.00 Euros, amortizável em 84 prestações mensais, com carência de capital de 3 anos e sendo a prestação final com vencimento a 16 de Janeiro de 2022 acrescida do valor residual de 190.800 Euros. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade a curto prazo.

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os empréstimos bancários vencem conforme segue:

	31 de Março de 2012
Até 1 ano	36.771.406
A mais de 1 e menos de 2 anos	231.156
A mais de 2 e menos de 5 anos	453.149
	<u>37.455.711</u>
	<u>37.455.711</u>
	31 de Dezembro de 2011
Até 1 ano	36.610.985
A mais de 1 e menos de 2 anos	406.066
A mais de 2 e menos de 5 anos	456.326
	<u>37.473.377</u>
	<u>37.473.377</u>

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária, que actualmente é de 341.267 Euros (Nota 28). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 15), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido

(Montantes expressos em Euros)

formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação. Este financiamento vence juros à taxa de 2,5% por ano, tendo o mesmo sido renegociado em data posterior. Entre Janeiro e Abril de 2011, a prestação mensal é de 11.974 Euros, sendo que, a partir de Maio de 2011, os pagamentos mensais serão de 40.413 Euros. Em 31 de Março de 2011, o valor em dívida ascendia a 606.198 Euros do qual 403.350 Euros se encontra em mora.

- (c) Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os descobertos bancários fora facilidades concedidas, essencialmente, pelo BES e BCP, respectivamente, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 591.571 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto de instituições de crédito. Em 31 de Março de 2012, a Empresa tinha contrata das duas linhas de descontos de cheques, as quais se detalham:
- BPN, com *plafond* de 250.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,5%;
 - BCP, com *plafond* de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

22. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	5.153.624	1.222.624	5.434.618	1.276.074

Em 31 de Março de 2012, a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 12.026.914 Euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 5.650.780 Euros o que perfaz um valor líquido de 6.429.698 Euros. Este montante vence-se como segue:

Até 1 ano	1.222.624
Entre 1 e 2 anos	810.681
Entre 2 e 5 anos	1.152.381
Mais de 5 anos	3.190.562
	5.153.624
Total	6.376.248

A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10”, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 27), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 7,108% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu em exercícios anteriores a pagamentos à Gestprint, correspondentes a caução e reforço da caução, no montante de 5.650.780 Euros. Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

(Montantes expressos em Euros)

23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição e respectivo plano de pagamentos:

	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
Contrato de impressão (a)	2.165.001	2.206.682
Dívidas integradas em planos de pagamentos (b)	2.049.079	2.166.481
	<u>4.214.080</u>	<u>4.373.163</u>

- (a) Este montante corresponde ao justo valor dos direitos contratuais de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 Euros que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até Outubro de 2022.

Em 31 de Março de 2012, o plano de pagamentos

	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
Até 1 ano	187 998	160 548
A mais de 1 e menos de 2 anos	170 582	170 582
A mais de 2 e menos de 5 anos	578 423	578 423
A mais de 5 anos	1 415 996	1 457 676
	<u>2 165 001</u>	<u>2 206 681</u>
	<u>2 165 001</u>	<u>2 367 229</u>

- (b) Dívidas à Segurança Social integradas em planos de pagamento. Ao abrigo do acordo subscrito em 31 de Julho de 2001, o qual aprovou o não pagamento de juros vencidos, dele tendo sido lavrada acta final nessa data, teve o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de uma garantia a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no montante de 3.397.244 Euros, actualmente em 2.540.548 Euros (Nota 28).

Em 31 de Março de 2012, as dívidas integradas em planos de pagamento venciam-se conforme segue:

	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
A 1 ano	<u>861.345</u>	<u>743.943</u>
A mais de 1 e menos de 2 anos	493.693	493.693
A mais de 2 e menos de 5 anos	1.232.551	1.232.551
A mais de 5 anos	<u>322.835</u>	<u>440.237</u>
Total a médio e longo prazo	<u>2.049.079</u>	<u>2.166.481</u>

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, encontrava-se em mora o montante de 331.451 Euros e 214.049 Euros, respectivamente.

(Montantes expressos em Euros)

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente (a)	11 815 044	2 263 448	11 308 232	2 402 099
Fornecedores, títulos a pagar	585 560		502 637	-
Fornecedores de imobilizado	57 310		82 374	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	618 184		1 456 724	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	65 492		85 492	-
Credores por acréscimos de gastos:				
Rappel a liquidar	548 492		517 613	-
Remunerações a liquidar	1 705 534		1 333 936	-
Juros a liquidar (b)	1 704 026		1 681 532	-
Fornecimentos e serviços externos	384 546		386 462	-
Outros custos e perdas	1 584		52 498	-
	<u>17 485 772</u>	<u>2 263 448</u>	<u>17 407 500</u>	<u>2 402 099</u>

(a) Em Novembro de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato estabelecido entre a ESAF e a Empresa onde acordam alterar o montante da renda devida para 145.603 Euros. A renda passa a ser paga postecipadamente no mês a que disser respeito. A quantia devedora nessa data, no montante de 3.927.256 Euros será paga da seguinte forma: 1.663.807 Euros em 36 prestações mensais e sucessivas de 46.217 Euros vencendo-se a primeira em 1 de Abril de 2011 e 2.263.448 Euros por conta da mais-valia futura no projecto imobiliário gerido pela Gespatrimónio/ESAF. Em 31 de Março de 2012, o montante em dívida nominal ascendia a 3.247.775 Euros, do qual 2.263.448 Euros se vence no médio e longo prazo (Nota 9).

(b) Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui os montantes de 592.636 Euros e 479.523 Euros, respectivamente, a pagar a entidades relacionadas (Nota 27).

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
Adiantamentos de clientes	9.024	5.876
Sector público estatal (a)	2.356.213	1.923.562
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	531.000	503.150
Contrato de impressão (Nota 23)	187.998	160.548
Outros (b)	191.087	160.957
Proveitos diferidos (c)	<u>333.609</u>	<u>427.359</u>
	<u>3.608.931</u>	<u>3.181.452</u>

(a) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA, em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendo

(Montantes expressos em Euros)

calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, nos montantes, de 3.397.244 Euros e 1.648.394 Euros, respectivamente (Nota 30). Actualmente, mantém-se em vigor a factura emitida a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e cujo valor de momento são 2.540.548 Euros. O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa.

Em 31 de Março de 2012, encontrava-se em mora o montante de 331.451 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2011, encontrava-se em mora o montante de 214.049 Euros.

Em 31 de Março de 2012, encontrava-se em mora o montante de 2.356.213 Euros, referente a dívidas fiscais e parafiscais cuja decomposição é a seguinte:

Tributo	31 de Março de 2012
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	173.071
Retenções de irs/ irc e Imposto de Selo	952.101
Taxa extraordinária	57.788
Taxa social única	1.173.253
Total	<u>2.356.213</u>

No final do mês de Dezembro de 2011, a Empresa entregou o requerimento de apresentação ao PEC (Procedimento Extrajudicial de Conciliação), requerimento que incluía os montantes do actual PEC e as dívidas existentes em 2011.

Em 23 de Janeiro de 2012, a Empresa foi informada pelo IAPMEI que se deu início ao processo supracitado ao qual foi atribuída a referência 22/22.

(b) O montante de 191.087 Euros respeita a entidades relacionadas.

(c) Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de proveitos diferidos tinha a seguinte composição:

	31-Mar-12	31-Dez-11
Francisco Batista, Lda	281 250	375 000
Subsidio ao investimento	52 359	52 359
	<u>333 609</u>	<u>427 359</u>

(Montantes expressos em Euros)

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012		31 de Dezembro 2011	
	Activos correntes	Passivos não correntes	Activos correntes	Passivos não correntes
Pagamento especial por conta	321.153	-	290.554	-
Imposto o sobre o rendimento estimado	-	179.605	-	167.043
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	173.457	-	173.457
	<u>321.153</u>	<u>353.062</u>	<u>290.554</u>	<u>340.500</u>

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os saldos devedores de IRC respeitam a pagamentos especiais por conta.

27. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Março de 2012 e 31 Dezembro de 2011 as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquelas datas, são os seguintes:

	31 de Março de 2012							
	Saldos			Transacções				
	Outros activos não correntes (Nota 15)	Outros activos correntes (Nota 18)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 9)	Custos com o pessoal (Nota 31)	Custos e perdas financeiros (Nota 11)		
Accionistas:								
Rasográfica (a)	2.418.863	150.154	-	167.832	-	-	-	
Gestprint (b)	-	-	592.636	-	-	113.113	-	
Total accionistas	<u>2.418.863</u>	<u>150.154</u>	<u>592.636</u>	<u>167.832</u>	<u>-</u>	<u>113.113</u>	<u>-</u>	
Partes relacionadas:								
Conselho de Administração	-	-	-	-	87.413	-	-	
Total partes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87.413</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Total	<u>2.418.863</u>	<u>150.154</u>	<u>592.636</u>	<u>167.832</u>	<u>87.413</u>	<u>113.113</u>	<u>-</u>	
	31 de Dezembro de 2011							
	Saldos				Transacções			
	Outros activos não correntes (Nota 15)	Outros activos correntes (Nota 18)	Credores por locação financeira (Nota 22)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 9)	Custos com o pessoal (Nota 31)	Custos e perdas financeiros (Nota 11)	Proveitos e ganhos financeiros (Nota 11)
Accionistas:								
Rasográfica	2.454.703	154.797	-	-	671.328	-	-	195.417
Gestprint	-	-	1.366.542	479.523	-	-	468.104	272.687
Total accionistas	<u>2.454.703</u>	<u>154.797</u>	<u>1.366.542</u>	<u>479.523</u>	<u>671.328</u>	<u>-</u>	<u>468.104</u>	<u>468.104</u>
Partes relacionadas:								
Conselho de Administração	-	-	-	69.041	-	318.442	-	-
Total partes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.041</u>	<u>-</u>	<u>318.442</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.454.703</u>	<u>154.797</u>	<u>1.366.542</u>	<u>548.564</u>	<u>671.328</u>	<u>318.442</u>	<u>468.104</u>	<u>468.104</u>

(a) O montante de 2.609.500 Euros é constituído por:

- 1.260.000 Euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso encontra-se associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio têm prazo de vencimento a ocorrer no curto prazo, sendo que o montante remanescente foi registado a médio e longo prazo;
- 1.309.015 Euros, titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira e do qual 150.154 Euros foi registado a médio e longo prazo.

O montante de 167.832 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso (Nota 8).

(Montantes expressos em Euros)

- (b) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão “rotativa 10”, com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa de 7,108% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa em 31 de Março de 2012 tinha procedido a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução no montante de 5.650.780 Euros.

Os saldos e transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação foram anulados no processo de consolidação (Nota 4).

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal-chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua actividade são tomadas por este.

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em acções aos membros do Conselho de Administração.

28. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 4.115.212 Euros e 4.165.505 Euros, respectivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.548	2.540.548
Direcção Geral de Impostos (b)	BCP	1.207.971	1.207.971
IAPMEI (c)	Banif	341.267	341.267
Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. (d)	BES	8.500	8.500
Fundação Inatel (e)	BCP	-	44.738
Câmara Municipal do Porto (e)	BES	9.606	9.606
Câmara Municipal de Almada (e)	BES	7.320	7.320
Câmara Municipal de Oeiras (e)	BES	-	2.821
Câmara Municipal de Mafra (e)	BES	-	2.734
		<u>4.115.212</u>	<u>4.165.505</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 25).

(b) Garantia prestada no âmbito da liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004 (Nota 12).

(c) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 21).

(d) Garantia prestada no âmbito de acordos comerciais - Fornecedores.

(e) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial – Clientes.

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respectivos limites:

(Montantes expressos em Euros)

	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Loações financeiras	1.348.756	1.348.756
Fornecedores	275.809	275.809
Estado e outros entes públicos	2.692.993	2.692.993
	<u>24.557.558</u>	<u>24.557.558</u>

Adicionalmente, em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, a Empresa assumiu diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projecto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

29. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Março de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2012	31 de Março de 2011
Impostos	47.468	89.332
Descontos de pronto pagamento	4.228	3.247
Outros	17.673	10.223
	<u>69.369</u>	<u>102.802</u>

30. RESULTADOS POR ACÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 31 de Março de 2012 e 2011 foi de 0,0047 e 0,0110, respetivamente.

	31 de Março de 2012	31 de Março de 2011
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(1.365.157)</u>	<u>(2.051.153)</u>
Número de acções da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de acções próprias	(52.513)	(52.513)
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido do acção básico e diluído (a)	<u>186.644.107</u>	<u>186.644.107</u>
Resultado por acção:		
Básico	(0,0047)	(0,0110)
Diluído	(0,0047)	(0,0110)

(Montantes expressos em Euros)

(a) Este montante corresponde ao número total de acções da Lisgráfica, deduzido de 52.213 acções próprias.

31. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2012 e 2011, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 87.413 Euros e 78.507 Euros, respectivamente.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não há a assinalar qualquer acontecimento relevante.

Queluz de Baixo, 30 de Maio de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro